

incompatibilidades e impedimentos

↳ foram criados para evitar que alguns advogados levassem vantagens ou desvantagens em relação aos demais que não exerçam tais atividades.

▷ **incompatibilidades com a advocacia:** incompatibilidade é a proibição total do exercício da advocacia, e assim, este não pode advogar em hipótese alguma, nem mesmo em causa própria.

↳ essa proibição total pode ensejar apenas uma licença, quando a atividade incompatível tiver natureza temporária ou pode gerar o cancelamento da inscrição, no caso de atividade incompatível em caráter definitivo: juiz, promotor de justiça, analista judiciário, delegado de polícia, entre outras.

art. 18 → Todos os casos de atividades incompatíveis

@beatriznamiestudies

atenção → membro do Poder legislativo que faz parte da Mesa Diretora, exerce atividade incompatível com a advocacia

▷ **impedimentos com a advocacia:** impedimento é a proibição parcial do exercício da advocacia, ou seja, o advogado pode continuar exercendo a profissão, menos contra ou a favor de determinadas pessoas.

↳ **são impedidos:**

- servidores da adm. pública direta, indireta e fundacional.

↳ exceção: advogados que sejam docentes de cursos jurídicos

art. 30, I e II → e parágrafo único

- **membros do poder legislativo:** o impedimento se estende contra ou a favor de qualquer órgão da adm. pública direta ou indireta.

- **impedimentos especiais:** existem algumas hipóteses diferentes, nas quais a pessoa pode advogar, mas somente no âmbito do cargo público que ocupam ou, então, podem advogar menos no setor que trabalham.

atenção → Procuradores gerais, Advogados Gerais, Defensores Gerais e dirigentes de órgãos jurídicos da Adm. Pública direta, indireta e fundacional, são legitimados exclusivamente para o exercício

da advocacia vinculada à função que exerçam, durante o período de investidura.

@beatriznamiestudies

↳ salvo em causa própria, não poderá o advogado, enquanto exercer cargos ou funções em órgãos da OAB ou tiver assento, em qualquer condição, nos seus Conselhos, atuar em processos que tramitem perante a entidade nem oferecer pareceres destinados a instruí-los.